

do quadro da Direcção-Geral de Transportes Terrestres, com referência a 31 de Dezembro de 2004.

9 de Março de 2005. — A Directora de Serviços de Administração e Organização, *Maria Gilda Macedo Costa*.

Despacho n.º 6175/2005 (2.ª série). — Ao abrigo do disposto no artigo 35.º do Decreto-Lei n.º 248/85, de 15 de Julho, nomeio para exercer funções de secretariado no meu gabinete a assistente administrativa especialista Maria da Conceição Amaral do Paço Simões, sendo-lhe atribuído o suplemento remuneratório previsto no n.º 4 do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 353-A/89, de 16 de Outubro, fixado em 35% do valor do índice 100 da escala indiciária do regime geral.

Nos termos do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 259/98, de 18 de Agosto, a referida funcionária goza de isenção de horário de trabalho. O presente despacho produz efeitos desde 1 de Março de 2005.

8 de Março de 2005. — O Director-Geral, *Jorge Jacob*.

MINISTÉRIO DA CULTURA

Instituto Português de Arqueologia

Despacho n.º 6176/2005 (2.ª série). — Ao abrigo do disposto no artigo 35.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de Novembro, na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 6/96, de 31 de Janeiro, e no n.º 2 do artigo 9.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, delego na chefe de repartição dos Serviços Administrativos, Leopoldina Augusta Martins Rodrigues da Cova, os poderes necessários para a prática dos seguintes actos:

- Autorizar despesas até ao montante de € 5000, de harmonia com o disposto no artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho;
- Justificar as faltas do pessoal sob sua chefia;
- Emitir as certidões e declarações de âmbito administrativo referentes às matérias da competência da repartição administrativa;
- Assinar o expediente de âmbito administrativo referente às matérias da competência da repartição administrativa.

28 de Fevereiro de 2005. — O Director, *Fernando Real*.

Instituto Português do Património Arquitectónico

Despacho (extracto) n.º 6177/2005 (2.ª série). — Por despachos do presidente deste Instituto das datas a seguir indicadas:

De 24 de Novembro de 2004:

Isabel Maria Júlio da Cruz Almeida Morais Sarmento Moniz — renovada a comissão de serviço por mais três anos no cargo de director do Mosteiro dos Jerónimos, com efeitos reportados a 19 de Fevereiro de 2005.

Júlio Ribeiro Órfão — renovada a comissão de serviço por mais três anos no cargo de director do Mosteiro de Santa Maria da Vitória, Batalha, com efeitos reportados a 19 de Fevereiro de 2005.

De 9 de Dezembro de 2004:

Maria da Conceição Mendes Marques — renovada a comissão de serviço por mais três anos no cargo de director do Paço dos Duques, com efeitos reportados a 4 de Março de 2005.

De 23 de Dezembro de 2004:

José Manuel Martins Carneiro — renovada a comissão de serviço por mais três anos no cargo de director do Palácio Nacional da Pena, com efeitos reportados a 18 de Março de 2005.

De 29 de Dezembro de 2004:

Maria Isabel Fonseca Melo — renovada a comissão de serviço por mais três anos no cargo de chefe da Divisão Comercial do Departamento de Coordenação e Divulgação dos Serviços Dependentes deste Instituto, com efeitos reportados a 24 de Março de 2005.

8 de Março de 2005. — O Director do Departamento Financeiro e de Administração, *Carlos Aleixo Viegas*.

MINISTÉRIO DO AMBIENTE E DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

Gabinete do Ministro

Despacho n.º 6178/2005 (2.ª série). — Ao cessar funções de Ministro do Ambiente e do Ordenamento do Território, aprez-me prestar público louvor ao licenciado Adolfo Mesquita Nunes, chefe do meu Gabinete, pela competência, dedicação e zelo com que exerceu aquelas funções.

Para além das notáveis capacidades técnicas, o Dr. Adolfo Mesquita Nunes demonstrou um constante espírito crítico e criativo no trabalho que desenvolveu neste Gabinete, permitindo a este Gabinete deixar uma marca e um rumo para o futuro do ambiente e do ordenamento do território.

Não posso, ainda, deixar de realçar a mais irrepreensível lealdade e solidariedade sempre demonstradas pelo Dr. Adolfo Mesquita Nunes, tendo, em todos estes meses, desempenhado as suas funções com uma disponibilidade sem limites, tendo-se imposto pelo seu brilho, responsabilidade, rigor e inteligência a todos os gabinetes do Governo com que colaborou.

Só a qualidade e excelência do trabalho realizado e produzido pelo Dr. Adolfo Mesquita Nunes tornaram possível e exequível tudo quanto foi estudado e realizado por este Ministério, não tendo, ainda, sido despendida a enorme sensibilidade política que sempre revelou na análise das mais melindrosas questões, tendo sempre dado sábios conselhos que tão úteis e pertinentes se vieram invariavelmente a confirmar.

Por tudo o exposto, o Dr. Adolfo Mesquita Nunes é credor do meu maior reconhecimento, tendo tido uma atitude que a todos honrou pelo altíssimo e exemplar sentido de servir Portugal e o bem comum.

10 de Março de 2005. — O Ministro do Ambiente e do Ordenamento do Território, *Luís José de Mello e Castro Guedes*.

Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano

Declaração n.º 68/2005 (2.ª série). — Torna-se público que esta Direcção-Geral registou com o n.º 02.01.18.00/OC.05-PD/S, em 2 de Março de 2005, a suspensão dos artigos 16.º, 19.º e 20.º do Regulamento do Plano Director Municipal de Vagos, pelo prazo de dois anos, e com o n.º 02.01.18.00/01.05-MP/PP, na mesma data e por igual prazo, o estabelecimento de medidas preventivas na área de intervenção do futuro Plano de Pormenor da Zona de Equipamento Social de Ouca, no município de Vagos, actualmente em elaboração, ratificados pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 27/2005, publicada no *Diário da República*, 1.ª série-B, n.º 32, de 15 de Fevereiro de 2005.

2 de Março de 2005. — Pelo Director-Geral, a Subdirectora-Geral, *Isabel Moraes Cardoso*.

Declaração n.º 69/2005 (2.ª série). — Torna-se público que esta Direcção-Geral registou com o n.º 05.08.05.00/OC.05-PD/A, em 3 de Março de 2005, a alteração ao Plano Director Municipal de Faro, ratificada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 38/2005, publicada no *Diário da República*, 1.ª série-B, n.º 41, de 28 de Fevereiro de 2005.

3 de Março de 2005. — Pelo Director-Geral, a Subdirectora-Geral, *Isabel Moraes Cardoso*.

Declaração n.º 70/2005 (2.ª série). — Torna-se público que esta Direcção-Geral registou com o n.º 04.02.11.17/01.05-PU, em 7 de Março de 2005, o Plano de Urbanização de Almogrove, no município de Odemira, ratificado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 52/2005, publicada no *Diário da República*, 1.ª série-B, n.º 44, de 3 de Março de 2005.

8 de Março de 2005. — Pelo Director-Geral, a Subdirectora-Geral, *Isabel Moraes Cardoso*.

Instituto da Água

Despacho n.º 6179/2005 (2.ª série). — Por despacho do presidente do Instituto da Água de 16 de Novembro de 2004:

Licenciada Luísa Maria Branco dos Santos Mota Delgado, técnica superior principal do quadro de pessoal do Instituto da Conservação

da Natureza — transferida para o quadro do pessoal da ex-Direcção-Geral dos Recursos Naturais com a categoria de técnica superior principal, da carreira de técnico superior, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, com a redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 218/98, de 17 de Julho.

10 de Março de 2005. — Pelo Presidente, (*Assinatura ilegível.*)

Instituto do Ambiente

Despacho n.º 6180/2005 (2.ª série). — 1 — Após publicação no jornal *Diário de Notícias* e na bolsa de emprego público no dia 18 de Fevereiro de 2005 do procedimento para selecção do titular do cargo de director de serviços de Avaliação de Impactes e Controlo Integrado do quadro de pessoal dirigente deste Instituto, procedeu-se à avaliação das candidaturas elegíveis.

2 — Analisadas as respectivas candidaturas, constatou-se que a licenciada Maria Clara de Moura Lopes reúne, com melhor mérito relativo, os requisitos do perfil pretendido, nomeadamente:

- Licenciatura em Engenharia do Ambiente (mestre em Ciências Geofísicas);
- Quinze anos de experiência profissional em carreiras para cujo provimento seja legalmente exigível a posse do grau de licenciatura;
- Experiência profissional nas funções da Direcção de Serviços, com enfoque na experiência associada à aplicação de instrumentos de regulação ambiental às actividades responsáveis por emissões e descargas de poluentes;
- Desempenho de funções dirigentes na mesma área departamental;
- Capacidades organizativa, de planeamento e de liderança requeridas para assegurar a coordenação e a implementação das competências atribuídas à Direcção de Serviços.

3 — Considerando estar perante uma candidatura que preenche as condições para ocupar o cargo, conforme pode constatar-se pela nota curricular em anexo, ao abrigo do n.º 3 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, é nomeada, em regime de comissão de serviço, pelo período de três anos, a licenciada Maria Clara de Moura Lopes para o cargo de director de serviços de Avaliação de Impactes e Controlo Integrado, deste Instituto, com efeitos reportados à data do presente despacho.

9 de Março de 2005. — O Presidente, *João Nobre Gonçalves.*

ANEXO

Nota curricular

Nome — Maria Clara de Moura Lopes.
Nascimento — 7 de Abril de 1964, Lisboa.
Habilitações literárias:

- Licenciatura em Engenharia do Ambiente, pelo Departamento de Ambiente, da Universidade de Aveiro, em 1987;
- Mestre em Ciências Geofísicas, especialização em Meteorologia, pelo Departamento de Física da Faculdade de Ciências, da Universidade de Lisboa, 1996.

Categoria profissional e quadro de origem — assessora do quadro de pessoal da ex-DGA.

Actividades profissionais:

- Autora de diversas comunicações em seminários e conferências;
- Autora e co-autora de diversos artigos publicados na área do ambiente;
- Responsável pela execução do projecto «Caracterização de emissões gasosas e amostragem de fontes fixas», através de protocolo de colaboração entre a Direcção-Geral da Qualidade do Ambiente (DGQA) e o Departamento de Ambiente da Universidade de Aveiro — de 1988 a 1989;

Membro do grupo técnico de emergência (GTE) da ex-Direcção-Geral do Ambiente (DGA) — de 1990 a 1989;

Directora de serviços do Ar, Ruído e Resíduos da ex-Direcção Regional do Ambiente do Algarve — de 1997 a 2001;

Chefe de divisão de Programação e Acompanhamento do Instituto do Ambiente — de Março de 2001 a Abril de 2002;

Chefe de divisão de Prevenção e Controlo Integrados da Poluição do Instituto do Ambiente — desde Julho de 2003 até à data da presente nomeação.

Instituto da Conservação da Natureza

Despacho (extracto) n.º 6181/2005 (2.ª série). — Por despachos de 17 de Novembro de 2004 e de 11 de Janeiro de 2005, respectivamente, do presidente do Instituto da Conservação da Natureza e do vice-presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo:

Ana Cristina Projecto Falcão, técnica superior de 2.ª classe do quadro da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo — autorizada a transferência com a mesma categoria para o quadro do Instituto da Conservação da Natureza, ficando exonerada do quadro de origem a partir de 1 de Fevereiro de 2005, data da aceitação do lugar. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

2 de Março de 2005. — A Directora de Serviços Administrativos e Financeiros, *Otília Martins.*

Despacho (extracto) n.º 6182/2005 (2.ª série). — Por despachos de 6 de Setembro de 2004 e de 15 de Fevereiro de 2005, respectivamente do presidente do Instituto da Conservação da Natureza e do presidente do Instituto do Ambiente:

Graça Maria de Oliveira Martins, assistente administrativa principal do quadro do Instituto do Ambiente — autorizada a transferência com a mesma categoria para o quadro do Instituto da Conservação da Natureza, ficando exonerada do quadro de origem a partir de 1 de Março de 2005, data da aceitação do lugar. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

2 de Março de 2005. — A Directora de Serviços Administrativos e Financeiros, *Otília Martins.*

Despacho (extracto) n.º 6183/2005 (2.ª série). — Por despacho de 17 de Fevereiro de 2005 do presidente do Instituto da Conservação da Natureza, mediante prévio parecer favorável da secretaria-geral do Ministério das Cidades, Administração Local, Habitação e Desenvolvimento Regional:

Pedro Machado de Castro Monteiro, técnico superior principal do quadro do Instituto da Conservação da Natureza, a exercer funções dirigentes na Câmara Municipal do Porto — nomeado assessor principal, escalão 1, índice 710, do mesmo quadro, nos termos dos n.ºs 1 e 2 do artigo 29.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, e do n.º 1 do artigo 30.º do mesmo preceito legal, com antiguidade na categoria reportada a 27 de Maio de 2003, ficando exonerado do lugar de origem a partir da data da aceitação do lugar, mantendo-se no exercício do cargo dirigente. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

2 de Março de 2005. — A Directora de Serviços Administrativos e Financeiros, *Otília Martins.*

TRIBUNAL DE CONTAS

Direcção-Geral

Rectificação n.º 468/2005. — Por ter saído com inexactidão no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 28, de 9 de Fevereiro de 2005, o parecer do Tribunal de Contas sobre a Conta Geral do Estado de 2003, rectifica-se o mesmo tal como a seguir se indica:

Página	Onde se lê	Deve ler-se
1888-(40), na data	20 de Dezembro de 2004	Lisboa e sala de sessões do Tribunal de Contas, em 20 de Dezembro de 2004.